



Estudos Teológicos foi licenciado com uma Licença Creative Commons –
Atribuição – NãoComercial – SemDerivados 3.0 Não Adaptada

IGREJA E DITADURA CIVIL-MILITAR: VOZES DISSONANTES¹

*Church and civil-military dictatorship:
dissonant voices*

Oneide Bobsin²

*O que ouvimos e aprendemos,
o que nos contaram os nossos pais,
não o encobriremos a seus filhos.³*

É porque, em realidade, nunca estamos sós.⁴

Resumo: O presente texto rediscute as motivações de ordem política que levaram a Federação Luterana Mundial (FLM) a transferir sua Assembleia de Porto Alegre para Evian, França, em 1970. Entre as motivações da transferência estava a falta de percepção, por parte da direção da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), da violação dos Direitos Humanos pelo governo autoritário civil-militar, especificamente no período considerado mais intenso de repressão, entre 1969-1974. Além do resgate do debate sobre o tema, o texto integra uma análise de entrevistas feitas com pessoas de confissão evangélico-luterana que lutaram pela redemocratização do Brasil, sofrendo com o silêncio de sua igreja e com a opressão do Estado.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar. Direitos Humanos. Memória. Verdade.

¹ O artigo foi recebido em 21 de março de 2016 e aprovado em 03 de junho de 2016 com base nas avaliações dos pareceristas *ad hoc*.

O presente texto nasce como desdobramento teórico de um artigo publicado em Anais do II Congresso Internacional da Faculdades EST, 2014, mas inova a partir da análise de entrevistas com evangélico-luteranos que participaram da resistência ao regime militar, por volta de 1970. Em relação ao texto anterior, os conceitos Memória e Verdade tornam-se mais destacados.

² Doutor em Ciências Sociais/Sociologia da Religião (PUC-SP) e professor de Ciências da Religião na Faculdades EST, São Leopoldo/RS, Brasil. Contato: obobsin@est.edu.br

³ Livro dos Salmos 78.3-4. De acordo com a versão em português de João Ferreira de Almeida (Cf. A BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Ed. rev. e atual. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1998).

⁴ HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2014. p. 30. Conforme Halbwachs, nossas lembranças permanecem coletivas porque elas nos são lembradas pelos outros.

Abstract: This text re-discusses the motivations of political order which led the Lutheran World Federation (LWF) to transfer its Assembly from Porto Alegre to Evian, France in 1970. Among the reasons for the transference was the lack of awareness on the part of the directing board of the Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) [Evangelical Church of Lutheran Confession in Brasil], of the violation of Human Rights by the authoritarian civil-military government specifically in the period considered to be of the most intense repression, between 1969-1974. Besides recovering the debate on the theme, the text includes an analysis of the interviews carried out with people of the Evangelical-Lutheran confession who struggled for the re-democratization of Brazil, suffering with the silence of their church and with the oppression of the State.

Keywords: Civil-military dictatorship. Human Rights. Truth.

Situando o problema

A motivação para o presente texto nasceu de minha participação da Comissão Estadual da Verdade/RS,⁵ cujos trabalhos tiveram vigência nos anos de 2013 e 2014, quando tive oportunidade de participar de muitas atividades internas e públicas, visando ouvir depoimentos de pessoas que sofreram violações de seus direitos por se oporem ao regime político instaurado por meio de um golpe de Estado em 1964. O período de averiguação se estendia até 1961, porque o aparato repressivo gaúcho já manifestava seus tentáculos após o período em que Leonel de Moura Brizola, governador do Estado, criou um forte movimento para sustentar a legalidade⁶ do vice-presidente da República, João Goulart, em assumir o lugar de Jânio Quadros, que havia pedido demissão. Nas audiências da Comissão Estadual da Verdade, que reunia material sobre a violação dos Direitos Humanos por parte de agentes da ditadura civil-militar para a Comissão Nacional da Verdade⁷, pude me valer da sensibilidade aprendida na pesquisa de campo e da pastoral, espaços nos quais predominam os testemunhos pessoais sobre a dor de lutos nem sempre elaborados.⁸

A escuta de depoimentos/testemunhas de pessoas torturadas ou de seus parentes, quando se tratava de mortos ou desaparecidos, bem como as audiências públicas no Rio Grande do Sul, levaram-me a concordar plenamente com a avaliação feita por Carolina S. Bauer sobre o Estado brasileiro que perseguiu, torturou, matou, fez desaparecer e exilou quem ousasse desafiá-lo em nome da liberdade e da democra-

⁵ Tarso Genro anuncia integrantes da Comissão da Verdade do RS. *IHU online*. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/512169-tarso-genro-anuncia-integrantes-da-comissao-da-verdade-do-rs>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

⁶ RESISTÊNCIA EM ARQUIVO: memória e história da Ditadura. Disponível em: <<https://resistenciaemarquivo.wordpress.com/>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

⁷ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Conheça e acesse o relatório final da CNV. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

⁸ BOBSIN, Oneide. Relatório de Pesquisa. Direitos Humanos, Ditadura Militar e Igreja. São Leopoldo: PPG – Faculdades EST, 2015. Anexo: Memória e Verdade. *Jornal Vale dos Sinos*, Finados de 2013. p. 139.

cia: “[...] as ditaduras civil-militares de segurança nacional e o terrorismo de Estado marcaram inexoravelmente as sociedades do Cone Sul nas décadas de 1960 a 1980 [...]”⁹. Adoto, pois, a expressão “terrorismo de Estado” para caracterizar um período em que a liberdade foi suprimida em nome dos genéricos “valores da civilização cristã ocidental”, mote repetido para demonstrar a transcendência religiosa de um governo sem legitimidade, como bem assinalou padre Comblin.¹⁰

Minha pretensão com o presente texto se circunscreve tão somente a um momento político relacionado com um acontecimento eclesiástico vinculado a um organismo internacional que faria sua Assembleia em Porto Alegre em 1970. Não vou, pois, me deter nos meandros da referida Assembleia, mas fazer da sua transferência um ponto de inflexão sobre o debate a respeito da violação aos Direitos Humanos na interface da igreja e sociedade.

A Federação Luterana Mundial (FLM)¹¹, que reúne igrejas nascidas a partir da Reforma protestante do século XVI, na Alemanha e em outros países, se reúne ordinariamente em Assembleia. A FLM, com sede em Genebra, na Suíça, reúne instituições eclesiásticas que compreendem aproximadamente 70 milhões de fiéis e realiza uma assembleia geral a cada sete anos. A assembleia de 1970 era para ter acontecido no Brasil, mas foi transferida para Evian, na França, poucas semanas antes de sua realização. Qual foi o motivo da transferência? Integrantes de representações luteranas de diversos países suspenderam sua participação em razão de que os Direitos Humanos estavam sendo violados pelo governo brasileiro, o qual tinha sido convidado para o evento. Líderes da IECLB de então olhavam com desconfiança para as denúncias de violação aos Direitos Humanos feitas no exterior. Para aquelas lideranças, a violação dos Direitos Humanos, por agentes do Estado Brasileiro, era propaganda de setores da mídia internacional. Destaco opiniões dos entrevistados, iniciando por Werner Fuchs, pastor da IECLB, na época estudante de Teologia:

A leitura que a gente fazia era mais estrutural, de que era uma estrutura autoritária. Aí que o presidente da IECLB acabou convidando o presidente da república, general E. G. Médici, para fazer a abertura da V Assembleia. O general aceitou. Então começou a pressão internacional para transferir a assembleia¹².

⁹ BAUER, Carolina Silveira. *Brasil e Argentina: Ditaduras, Desaparecimentos e Políticas de Memória*. Porto Alegre: Medianiz, 2012. p. 29.

¹⁰ Padre Comblin comenta que os valores do “Ocidente”, ou do cristianismo, ou da “civilização cristã ocidental”, a liberdade, a democracia, a justiça social etc., não podem ser realizados pela força, por exemplo, militar. COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 235-236.

¹¹ THE LUTHERAN WORLD FEDERATION. *A Communion of Churches*. Disponível em: <<https://www.lutheranworld.org/content/general-secretary-0>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

¹² FUCHS, Werner. Entrevista concedida, em 30 maio 2015. Werner Fuchs, pastor da IECLB, foi representante do Centro Acadêmico Doutor Ernesto Schlieper (CADES) nas atividades preparatórias com jovens tendo em vista a assembleia. Também participou da Assembleia em Evian. Mais tarde, quando pastor, foi coordenador da Comissão Pastoral da Terra, no Paraná. Enfrentou um inquérito policial militar em função de sua atuação ao lado dos pequenos agricultores, sendo por esse condenado.

Hans Benno Asseburg, também egresso da Faculdade de Teologia, doutorando na Universidade de Marburgo, por volta de 1967, traz como depoimento de sua atuação no movimento estudantil de lá o debate ocorrido em razão das violações dos direitos humanos não reconhecidos pelo então pastor presidente Karl Gottschald.

[...] quando se preparava a Assembleia Mundial Luterana [...] apareceu uma entrevista na imprensa do pastor presidente da IECLB, Karl Gottschald, que estava de viagem pela Alemanha. Os jornalistas fizeram perguntas sobre a situação da repressão no Brasil, sobre torturas e a respeito das notícias sobre matança de indígenas. Gottschald respondeu que nada disso estava acontecendo no Brasil, que tudo isto era mentira e invenção da imprensa. Essa entrevista repercutiu muito mal entre os estudantes de Teologia e em geral nos meios eclesiais da Alemanha. O dirigente da IECLB, que iria hospedar a Assembleia da Federação Luterana Mundial, simplesmente ignorava a repressão política de seu país.¹³

Transferida a assembleia, o convite ao governo militar foi desfeito. Assim, o general Médici perdeu a oportunidade de falar para vários países. Esse fato gerou um grande debate no interior da IECLB, cuja sede se encontra em Porto Alegre. Presumo que aquele debate interno, nascido da crítica de comitativas internacionais, foi o embrião de uma nova fase com desdobramentos importantes para o engajamento de evangélico-luteranos em temas levantados por movimentos sociais nos anos subsequentes à transferência da assembleia.

Nesta exposição, resgato alguns debates que aquele episódio produziu nos anos 1980. Falo em resgate em razão do fato de que a força do esquecimento prevalece quase sempre. Também devo dizer que não sou historiador, mas, certamente, os impactos da Constituição das Comissões da Verdade trarão à luz um acontecimento desconhecido e de grande impacto posterior para o engajamento social e político de uma igreja que foi do gueto à participação, conforme Rolf Schünemann, em sua dissertação de mestrado, e que serve de base bibliográfica para minha exposição de caráter introdutório. Ainda cabe destacar as limitações da minha análise por ser um *insider*, isto é, pertencendo à instituição que investigo.

Memória: percepções teóricas

Desde que comecei a participar dos trabalhos da Comissão Estadual da Verdade, duas percepções me sobressaltam constantemente. Uma parece bastante mórbida. No terceiro ano do estudo de Teologia, éramos levados para o Instituto Médico Legal (IML), a fim de acompanhar a atuação dos legistas sobre aqueles corpos inertes expos-

¹³ ASSEBURG, Hans Benno. Entrevista concedida em 12 set. 2014. Hans Benno Asseburg fez doutorado em Teologia na Universidade de Marburgo, a partir de 1966. Quando de volta ao Brasil, décadas mais tarde, atuou como assessor no Centro Ecumênico de Evangelização e Assessoria – CECA em pastorais identificadas com a teologia da libertação. Também foi professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

tos numa mesa tosca. Os instrumentos que abriam os corpos eram rudimentares, como os de um matadouro de gado no interior, denunciando, talvez, o descaso dos órgãos públicos com aqueles seres humanos. Aquelas cenas impactaram minha percepção a respeito da vida. Elas me acompanham e reacendem com mais impacto quando escuto depoimentos de parentes e amigos de pessoas torturadas e, ou, mortas por agentes do Estado brasileiro nos anos de chumbo. Nas sessões de escuta de torturados e nos relatos de pedido de justiça para que restos mortais sejam identificados, sinto-me voltar ao Instituto Médico Legal num domingo de manhã de 1978.

A segunda percepção me deixa envergonhado. Quando me lembro dos preparativos do Brasil para a Copa do Mundo de 2014, vem à memória o tricampeonato mundial de 1970, no México. Enquanto gritávamos de alegria pelos gols de Gérson, Jairzinho, Pelé e Tostão, nos porões da ditadura outros gritavam de dor por causa das torturas. A Copa do Mundo de 1970 reforçou a ideologia do esquecimento, que ainda encobre as torturas de hoje por parte de agentes do Estado. Essas duas percepções me fizeram visitar novamente Walter Benjamin, da Escola de Frankfurt, que viveu as atrocidades do nazismo.

Resgato, então, dois tópicos sobre o conceito de história. No ponto oito, Benjamin afirma o seguinte:

A tradição dos oprimidos nos ensina que o “estado de exceção” em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, percebemos que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção; com isto, nossa posição ficará mais forte na luta contra o fascismo. Este se beneficia da circunstância de que seus adversários o enfrentam em nome do progresso, considerando como uma norma histórica. O assombro com o fato de que os episódios que vivemos no século XX “ainda” sejam possíveis, não é assombro filosófico. Ele ainda gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável¹⁴.

Saudado como o século do progresso irreversível, o século XX trouxe duas guerras mundiais, fascismo, nazismo, estalinismo, dizimações étnicas e continuou no século XXI com a queda das torres gêmeas, fruto do fundamentalismo moderno e de interesses políticos hegemônicos dos Estados Unidos da América do Norte (EUA). Reportando-se ao nazismo e fascismo, Benjamin fez da exceção uma regra para a nossa história. A exceção tornou-se regra na América Latina no século XX por meio das ditaduras militares, já forjadas sem forte expressão durante a Segunda Guerra Mundial. O “estado de exceção”, que se tornou regra, teve suporte ideológico nas instituições eclesásticas, empresariais e da sociedade civil. Como estudante secundarista (1972-1974) de uma escola evangélica, fui obrigado por uma professora, de família de generais, a reproduzir o discurso de posse de um presidente militar, general Emílio Garrastazu Médici, numa prova.

¹⁴ BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1985. v. 1, p. 226.

Walter Benjamin, no mesmo texto, comenta um quadro de Klee, denominado *Ângelus Novus*, chamando-nos a atenção para uma concepção de progresso como justificativa das violações dos Direitos Humanos:

Há um quadro de Klee que se chama *Ângelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso¹⁵.

Em *A Luta da Memória Contra o Esquecimento*, Myriam S. dos Santos faz significativas reflexões sobre os trabalhos de Jacques Derrida e Walter Benjamin, os quais serão retomados com mais intensidade noutro momento da pesquisa. Aqui cabe apenas destacar um aspecto conclusivo colocado pelo texto da autora:

Nos trabalhos de Benjamin e Derrida, encontramos uma descrença total quanto à possibilidade de que a história e memória recuperem o passado através de narrativas e imagens do presente. Como vimos, estes trabalhos nos mostram que as imagens do mundo contemporâneo são resistentes à tarefa interpretativa e que elas possuem uma lógica própria, inerente a elas mesmas e à sua materialidade. Com isto, esses autores apontam a impossibilidade de encontro entre essência e aparência, entre presente e passado¹⁶.

Baseado nesses aportes teóricos, vejo-me impedido de chegar aos fatos históricos no horizonte da objetividade positivista. Agrego-me à visão da autora de que:

[...] nós estamos sempre procurando dar sentido às nossas histórias quando as contamos; portanto, embora este sentido varie de acordo com o momento em que vivemos e de acordo com nossas intenções, ele não é independente do que fomos e do que seremos e, principalmente, de como representamos nossas vidas¹⁷.

O debate teórico sobre história e memória conta com uma valiosa pesquisa do sociólogo Maurice Halbwachs, que por ora não vamos aprofundar. Se pudesse resumir sua obra numa frase, tendo como referência o texto em epígrafe, diria que não nos lembramos sozinhos. No entanto, a memória coletiva envolve as memórias

¹⁵ BENJAMIN, 1985, p. 226.

¹⁶ SANTOS, Myriam S. dos. *A Luta da Memória contra o Esquecimento: reflexões sobre os trabalhos de Jacques Derrida e Walter Benjamin*. *Síntese Nova Fase*, Belo Horizonte, v. 25, n. 82, p. 351-368, jul./set. 1998. Disponível em: <<http://faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/701/1127>>. Acesso em: 20 fev. 2016. p. 365.

¹⁷ SANTOS, 1998, p. 366.

individuais. Nos depoimentos das pessoas que tiveram sua dignidade violada pela tortura, por parte de agentes do Estado, percebo que a memória coletiva ampara-se nas lembranças individuais sem cair na visão fatal do passado. Noutra perspectiva, a ser aprofundada na continuidade da pesquisa, destaco uma tese de Pierre Nora: “a memória é um fenômeno sempre atual, um vínculo vivido no presente eterno, e a ‘história, uma representação do passado’”¹⁸.

A este quadro teórico embrionário é necessário mencionar um dos aspectos epistemológicos que norteou a Comissão da Verdade e Reconciliação (CVR) da África do Sul, fundamental nos processos marcados por uma Justiça de Transição, válido para o nosso debate. O texto confirma, de certa forma, a visão que Myriam dos Santos tem da luta da memória:

A CVR sul-africana afirma também – não só em seu mandato, mas sim no seu informe final – o valor fundamental da verdade, independente dos processos judiciais, como construção social com potencial curativo tanto no nível das vítimas individuais como no nível da sociedade. A CVR sul-africana é sumamente “autoconsciente” e torna explícito seu marco epistemológico, enriquecendo o conceito de “verdade” que – até então – havia sido reduzido à descrição factual dos acontecimentos¹⁹.

As percepções teóricas apresentadas até aqui encontram uma referência abalizada em José Carlos Moreira da Silva Filho, no debate sobre *Justiça de Transição* e ditadura civil-militar e direito à memória. Destaco, entre os muitos aspectos analisados pelo autor, a compreensão fundamental de que:

O dever de memória impõe, assim, a imperiosidade do reconhecimento da dignidade das vítimas. É preciso assumir a responsabilidade, tornar-se testemunha, envolver-se, respeitar o ritmo vagaroso que há em todo o luto, evitando que a pressa em fazê-lo o absorva para o desespero da falta de tempo. Recobrar a memória exige investimento de tempo e de espaço, exige atenção, cuidado, um aguçamento de sentidos para escutar o murmúrio das vítimas²⁰.

A partir desse esboço, como quadro teórico, analiso o debate embrionário sobre a transferência da referida assembleia e os discursos de pessoas que sofreram com o regime e com o silêncio de sua igreja, e o farei através da escuta, na perspectiva da memória como “fenômeno atual”. Logo, não tenho compromisso com a história

¹⁸ NORA, Pierre apud RICCOER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007. p. 413.

¹⁹ GONZÁLEZ CUEVA, Eduardo. Até onde vão as comissões da verdade? In: REÁTEGUI, Félix (Org.). *Justiça de Transição: manual para a América Latina*. Brasília: Comissão de Anistia; Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça da Transição, 2001. p. 344.

²⁰ SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. *Justiça de Transição: da ditadura civil-militar ao debate jurisdicional*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015. p. 71.

enquanto fato do passado, mas com a memória enquanto busca de uma verdade não cativa da injustiça, conforme o apóstolo Paulo.²¹

Portanto, as lembranças vivas do nazismo, entre lideranças da IECLB, por volta de 1970, poderiam ter impedido a cegueira em relação às violações aos Direitos Humanos das pessoas que lutavam por liberdade e democracia. Para não esquecermos e repetirmos as tragédias, vamos à busca de uma verdade libertada da injustiça.

Fragmentos de um acontecimento

Não tenho aqui o espaço necessário para caracterizar o desenvolvimento de uma igreja étnica, nascida do processo de imigração e colonização alemã a partir da chegada de pessoas de diversos estados alemães a partir de 1824, em São Leopoldo/RS, bem como em Petrópolis/RJ, e em Três Forquilhas, em 1826, área rural do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, de onde provenho. Noutra oportunidade, disse em tom de brincadeira que grande parte do luteranismo brasileiro viveu fechado na “roça e na raça”, e que a sua relação com o Estado brasileiro foi marcada por suspeitas por parte deste. Assim, ao etnoluteranismo teuto-brasileiro, com base na pequena propriedade rural, foi se acoplando uma visão teológica bastante diversificada, mas que deitava suas raízes na diversidade da Reforma protestante do século XVI e nos seus desdobramentos teológicos ao longo da modernidade. Uma frase de alguém que se ocupou com um Serviço de Desenvolvimento, órgão da própria igreja, foi bem escolhida por Schünemann e resume a concepção de sociedade na década de 1960:

Assim a nível oficial e no nível das comunidades o máximo de preocupação social que se conseguia apurar era o da assistência social ou serviço social que não tocasse nas questões estruturais do país. Questionar o sistema significava aliar-se às correntes teológicas de “teologia da revolução” ou setores subversivos da sociedade brasileira²².

Seguindo a linha de raciocínio de Schünemann, a constituição de uma igreja nacional motivou o ingresso da IECLB em organismos internacionais, nos quais “gradativamente as questões sociais e políticas passaram a fazer parte da pauta da discussão”²³. Desta forma, grupos minoritários de pastores certamente faziam pressão para que essa pauta voltasse para dentro da própria IECLB. A FLM, fundada em 1947, em Lund, na Suécia, havia elaborado uma pauta em direção à sociedade. Ecumenismo e questões sociais caminhavam juntos nesse organismo internacional. O termo “mundo” tinha conotações variadas, mas os que estavam em desacordo com as ditaduras e

²¹ Romanos 1.18b. A concepção paulina de que a criatura foi adorada no lugar do Criador nos desvia de uma leitura moralista do texto, como é comum nos meios religiosos de hoje.

²² Um grupo de teólogos protestantes se deixou influenciar pela revolução cubana, liderada por Fidel Castro, fazendo daquele evento um lugar para a reflexão teológica. Ainda não se falava, por volta de 1960, em teologia da libertação. SUDHAUS apud SCHÜNEMANN, Rolf. *Do Gueto à Participação: o surgimento da consciência sócio-política na Igreja Evangélica de Confissão Luterana entre 1960 e 1965*. São Leopoldo: Sinodal, 1992. p. 81.

²³ ²³ SCHÜNEMANN, 1992, p. 81.

que almejavam manifestações de envolvimento com as causas da sociedade tinham pouco espaço na IECLB. Jovens brasileiros²⁴, por exemplo, queriam “aproveitar a presença dos delegados do exterior e dos jornalistas internacionais para falar e denunciar ao mundo a crueldade e violência do regime brasileiro no que tange ao desrespeito aos direitos humanos”²⁵. Em sua entrevista, Werner Fuchs revela as estratégias dos jovens brasileiros em convidar, por exemplo, o “bispo vermelho”²⁶, Dom Helder Câmara, para um encontro preparatório da Assembleia da FLM, no Vale do Rio dos Sinos, o que aconteceu sem a presença do bispo católico.²⁷

Como a Assembleia da FLM reuniria delegações luteranas de diversos países que defendiam os direitos humanos, e o fato dos dirigentes da IECLB hipotecarem “todo o apoio ao regime militar instaurado em 1964, o conflito se instalou nas reuniões de preparação”. Contudo, a resistência interna às lideranças foi neutralizada. Por parte das delegações do exterior, do lado europeu e norte-americano:

havia uma intensa preocupação com a necessidade de emitir um posicionamento claro acerca da relação fê-mundo, fê-sociedade. As torturas infligidas a presos políticos, bem como notícias sobre massacres de índios, figuravam na imprensa do Primeiro Mundo. Os círculos eclesiais luteranos não conseguiram disfarçar que a realização da V Assembleia Geral da FLM em Porto Alegre/RS traria consigo a responsabilidade de não decepcionar os demais círculos eclesiais que já haviam se posicionado claramente pela condenação do regime brasileiro por causa da violação dos direitos humanos²⁸.

Por parte das comitivas do exterior havia o temor de que o presidente da república, general Médici, e mais autoridades civis e militares, procurassem instrumentalizar a assembleia para legitimar o regime frente à opinião pública nacional e internacional.²⁹ Relembramos que “uma nota do I Exército publicada nos jornais, informava que havia uma minoria no exterior que procurava, numa campanha internacional, difamar o Brasil e que queria implantar o comunismo”³⁰, aprofundou o debate. Cabe ainda destacar que uma matéria publicada na Alemanha fazia referência a um dossiê de posse da FLM, no qual havia 254 fichas de vítimas que apresentam as circunstâncias da prisão, lugar e data das torturas, tipos de torturas, torturadores, autoridades mais diretamente responsáveis, testemunhas e fontes de informação e outros dados importantes.³¹

²⁴ No Arquivo Histórico da IECLB, sediado na Faculdades EST, há pastas de documentos que relatam a participação de jovens evangélico-luteranos nos debates em torno do tema deste artigo. Na entrevista de Número II, concedida por Werner Fuchs, o referido tema é exposto de forma bem detalhada e com referência à mesma fonte.

²⁵ SCHÜNEMANN, 1992, p. 85.

²⁶ SUDHAUS apud SCHÜNEMANN, 1992, p. 81.

²⁷ Entrevista concedida em 30 abr. 2015.

²⁸ WALTHER apud SCHÜNEMANN, 1992, p. 85.

²⁹ SCHÜNEMANN, 1992, p. 86.

³⁰ SCHÜNEMANN, 1992, p. 86.

³¹ SCHÜNEMANN, 1992, p. 98.

Os conflitos se desenrolam entre Porto Alegre e Genebra. A assembleia é cancelada e transferida para Evian, na França. Os impactos desse acontecimento serão considerados a seguir.

Impactos da transferência e vozes dissonantes

No mesmo ano em que ocorreram o cancelamento e a transferência da V Assembleia da FLM, por razões relativas ao não reconhecimento por parte de lideranças eclesiais das violações dos Direitos Humanos, o debate continuou impactando as discussões na IECLB. Meses depois da transferência, realizou-se em Curitiba o Concílio Ordinário da IECLB, no qual participaram pastores, mas com uma maioria de leigos. Segundo Schünemann:

[...] a consciência crítica havia despontado aqui e acolá, mas a conjuntura eclesial e nacional inibia o seu crescimento, pois era facilmente neutralizada. A transferência da V Assembleia da FLM de Porto Alegre/RS para Evian/França por motivos políticos trouxe à baila a necessidade de uma autocrítica³².

Acima já fiz breves referências aos depoimentos de duas pessoas inconformadas com as violações aos Direitos Humanos promovidas por agentes do Estado brasileiro no período ditatorial e com o silêncio conivente da direção ignorando a atuação dos próprios membros, que, em minoria, já atuavam na redemocratização do Brasil, ou, como disse Schünemann, buscavam uma autocrítica. Tais pessoas, dentro ou fora da igreja, já atuavam nos bastidores, em organizações estudantis ou em partidos clandestinos, ou tolerados, em busca da redemocratização do país. Elas fazem parte de um conjunto de cinco entrevistas com evangélico-luteranos que participaram da resistência ao regime militar instaurado em 1964. Tais entrevistas realizadas entre 2014 e 2015 fazem parte de um projeto de pesquisa denominado *Direitos Humanos, Ditadura militar e Igreja*³³, que buscou resgatar a memória de lutas de pessoas vinculadas e alguma forma à IECLB. Neste sentido, é muito ilustrativo o relatório do superintendente geral, D. Helbich, ao presidente do Conselho da Igreja Evangélica da Alemanha, bispo D. Dietzfelbinger, que se não fosse trágico, pareceria ingênuo e confuso. Escreve ele para o seu presidente a respeito do que havia escutado sobre o presidente Médici:

Sobre isso, o Presidente da República inicialmente esclareceu não haver tortura no país [...]. Ele esclareceu que, nos casos de longos períodos de permanência na prisão, não raramente os próprios aprisionados não queriam ser libertados, pois temiam os seus próprios partidários. Isto valia para presos que haviam feito declarações políticas [...].

³² SCHÜNEMANN, 1992, p. 98.

³³ O Projeto de Pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética da Faculdade EST e o termo de Consentimento Livre e Esclarecido está em mãos do pesquisador.

Minha opinião sobre isto é que o Presidente Médici dará tudo de si para que não haja mais tortura³⁴.

Mais do que justificativas da violação aos Direitos Humanos para aqueles que não queriam ver a opressão, os depoimentos de evangélico-luteranos colhidos por nossa pesquisa são provas de que, antes do Ato Institucional Número 5, de dezembro de 1969, a perseguição política e a tortura eram fatos que podiam ser percebidos com facilidade. Tal Ato, que fechou provisoriamente o Congresso Nacional e cassou inúmeros deputados federais e estaduais, prefeitos, vereadores, integrantes do Poder Judiciário, ministros do Supremo Tribunal Militar e 66 professores universitários, entre os quais Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso³⁵, já tornara visível a perseguição política aos que se opunham aos donos do poder no Brasil. Como prova desnecessária, nos limites dos espaços deste artigo, farei breves referências às pessoas entrevistadas. Não são provas retroativas, mas memórias como construção presente de um tempo que, se não for contado e recontado para as novas gerações, poderá voltar como mais uma tragédia latino-americana.

Entrevistei o cantor e compositor Raul Ellwanger, militante em Comitês de Verdade e Memória, na sede da IECLB no centro de Porto Alegre, em cujo espaço pode recordar sua infância com cultos em alemão. Seus avós evangélico-luteranos, oriundos do mundo rural gaúcho e teuto-brasileiro, vieram para Porto Alegre em busca de novas condições de vida. Ellwanger, quando criança, era trazido pelos seus avós para as atividades de igreja, como culto em alemão e jardim de infância. Como leigo, seu avô ocupou um cargo importante de liderança na comunidade de fé. Mesmo com todo esse convívio e influência de pastores na área da música, arremata muitas décadas depois: “Nada disso me deixou religioso”³⁶. De fato, em todo o seu discurso sobre a sua militância no Brasil, Chile e Argentina não se percebe a presença eclesial e religiosa, nem como ressentimento nem como busca de apoio espiritual. A igreja da infância está ausente. Seu discurso é bem secularizado. Sua militância refere-se apenas a espaços de salões paroquiais da Igreja Católica de Porto Alegre que serviam aos sindicatos que se organizavam para a defesa das causas dos trabalhadores.

Da mesma forma, Antônio Henrique Vit³⁷, meu colega de curso primário na colônia, viu na sua capacitação para ser monitor de um programa de alfabetização de jovens agricultores uma oportunidade de estudo, a qual havia almejada quando concluiu o curso primário. Por ter sido motivado por um professor da escola comunitária evangélico-luterana, que passou para as mãos do Estado entre 1962-1967, Antônio se

³⁴ HELBICH, Hans-Martin. *A tragédia de Porto Alegre*: [como a Assembléia da Federação Luterana Mundial foi transferida, de última hora, de Porto Alegre para Evian na França]. Porto Alegre: CEPA-Paróquia Matriz, [200?]. p. 16-17.

³⁵ CUNHA, Luiz Cláudio. Máximas e Mínimas: Os eventos errantes da mídia na tormenta de 1964. In: PADRÓS, Enrique Serra et al. (Orgs.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985)*: História e Memória. Porto Alegre: CORAG, 2010. v. 1, p. 179-222.

³⁶ ELLWANGER, Raul. Entrevista concedida a Oneide Bobsin, em 10 dez. 2014.

³⁷ A grafia correta é Witt, mas por erro de cartório assina Vit.

destacou no programa de alfabetização promovido por uma organização clandestina que buscava lideranças para a luta política. Por meio de uma organização política, recebeu curso de formação na área do marxismo. Um dos cursos aconteceu por volta de 1967/68, em Capão da Canoa/RS, na casa de Leonel Brizola. Atuou na VAR-Palmares no trabalho de panfleteação e outras ações de rua. Em meados de 1970, abandonou a organização quando os companheiros “começaram a cair”; em outras palavras, eram presos. Retornou por um tempo para as atividades rurais. Mais tarde, voltou a trabalhar numa empresa metalúrgica em Porto Alegre, onde exerceu alguma liderança e exercitou sua crítica às multinacionais como símbolo do imperialismo norte-americano. Anos depois, voltou para sua terra natal, onde atuou na fundação do Partido dos Trabalhadores no município de Três Forquilhas, litoral norte do Rio Grande do Sul. Reconheceu, pois, o incentivo de um professor para sua luta política e social; o referido professor, na década de 1990, tornou-se um líder do Centro de Professores do Estado do Rio Grande Sul – CPERGS³⁸, confirmando para Antônio sua admiração ao mestre de uma escola comunitária confessional.³⁹

Por ocasião de uma audiência pública promovida pela Comissão Estadual da Verdade, em meados de 2014, para ouvir agricultores que fizeram parte dos Grupos dos Onze⁴⁰, organizados e liderados por Leonel Brizola, tive a oportunidade de conhecer a família Mertz. Como vereador do MDB, Reneu Mertz teve uma atuação destacada na oposição ao regime, por volta de 1967/68. Simultaneamente integrou uma organização que dava guarida a pessoas perseguidas pela repressão militar, a fim de que fugissem para a Argentina. Por seu envolvimento, o dentista de Três Passos/RS foi preso e torturado nas dependências militares em Santa Maria/RS. Após cumprir sua pena, voltou à política reelegendo-se vice-prefeito e, posteriormente, prefeito de sua cidade. Filho de um vereador do antigo PTB, veio a falecer em 1991, no meio de seu mandato. Na entrevista concedida por suas irmãs, a história do irmão é contada nos mínimos detalhes, dos quais destaco a suspeita de morte prematura causada em decorrência do período de prisão e tortura.

Como família tradicionalmente luterana, participavam pouco da vida eclesial, além de estudar no colégio evangélico local, cuja mantenedora era a comunidade religiosa e cujos diretores passaram a ser interventores na prefeitura. Dizem as irmãs que Reneu Mertz usava de ironia quando se tratava da comunidade evangélico-luterana; seu comportamento se caracterizava por uma certa crítica ao vínculo entre igreja e etnia teuto-brasileira. Além disso, elas se ressentem de falta de apoio da comunidade em geral e da comunidade religiosa no período em que foram estigmatizadas por terem um irmão “comunista” preso. Dão a entender que a igreja poderia ter sido mais solidária com a família.⁴¹

³⁸ Sindicato dos Professores do ensino público estadual gaúcho. O professor de referência chamava-se Neri Knack, lembrado como alguém que fortalecia os laços entre escola e igreja. Foi diretor do CPERGS.

³⁹ VIT, Antonio Henrique. Entrevista concedida a Oneide Bobsin, em 15 jul. 2014.

⁴⁰ GONZALES, Sérgio. Grupo dos Onze: lembranças que contam a verdade histórica. In: PADRÓS et al. (Orgs.), 2010, v. 1, p. 98.

⁴¹ MERTZ, Marli; MERTZ, Araci; MERTZ, Lori. Entrevista concedida a Oneide Bobsin, em 26 jan. 2015.

Cabe destacar brevemente que os militantes ou os familiares destacados aqui relatam a vinculação, em níveis diferenciados, à VAR-Palmares, organização nascida em junho/julho de 1969 da fusão do Comando de Libertação Nacional (COLINA), e da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). A referida organização alcançou abrangência nacional.

Seu nome inspirou-se na heroica epopeia de Palmares, região entre Alagoas e Pernambuco onde negros fugidos do cativeiro organizaram um Estado independente, no século XVII, resistindo durante cem anos às sucessivas campanhas militares de cerco e aniquilamento, executadas pelas forças escravistas através dos Bandeirantes.⁴²

A participação de pessoas dos quadros pastorais e teológicos, aqui representados por Werner Fuchs e Hans Benno Asseburg, acima já mencionados, produziu embates com a direção da estrutura eclesial. Num primeiro momento, o Movimento Estudantil foi o lugar a partir do qual se deu participação dessas pessoas. Tanto num caso como no outro, autoridades eclesiais forjaram fortes críticas à atuação dessas pessoas. No caso de Werner Fuchs, houve uma tentativa de exclusão, por parte da direção da igreja, do curso de Teologia, em São Leopoldo. Tal tentativa fora contornada pelo corpo docente, que assumiu a responsabilidade pelo estudante, propiciando, assim, uma proteção diante das autoridades militares.⁴³

Em relação a Hans Benno Asseburg, é importante destacar uma conversa de autoridades eclesiais a respeito de sua participação no Movimento Estudantil em Hamburgo, na Alemanha, que não havia sido absorvida por elas. Segundo ele, a conversa aconteceu na sede da igreja e numa forma inquisitorial. Lembra também de uma conversa com um pastor amigo, seu ex-professor Bertholdo Weber, pioneiro do ecumenismo e grande incentivador nas aulas de grego e de filosofia para o estudo da realidade brasileira, como motivação para o engajamento sociopolítico. Assim Weber comenta os bastidores da igreja e do regime, após Asseburg ter comentado a reação dos líderes eclesiais por volta de 1972:

Na conversa com ele comentei aquele interrogatório do Secretário Geral da IECLB a respeito da forma como entrei no Brasil sem ser perseguido por agentes do regime militar. Aí o pastor Weber falou: Benno, tu não sabes que o teu nome está numa lista que a Igreja entregou ao Exército? Nela estão nomes de pessoas suspeitas de colaborar com a subversão⁴⁴.

⁴² APARELHO da VAR-Palmares. *Cartografias da Ditadura*. 10 de março de 2014. Disponível em: <<http://www.cartografiasdaditadura.org.br/mapa/aparelho-do-mr-8/>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

⁴³ FUCHS, Werner. Entrevista concedida a Oneide Bobsin, em 30 maio 2015.

⁴⁴ ASSEBURG, Hans Benno. Entrevista concedida a Oneide Bobsin, em 12 set. 2014.

Werner Fuchs, por sua vez, reconheceu que o carro usado por ele na Comissão Pastoral da Terra, no Paraná, que organizava os agricultores cujas terras tinham sido inundadas pelo lago da Itaipu, fora doado pela direção da igreja que com ele conflitava.⁴⁵

Considerações inconclusas

Do debate teórico depreende-se a concepção de que o exercício da memória atualiza os acontecimentos que se passaram há 50 anos, mas não numa perspectiva de representação dos fatos passados. Reiteramos o que disseram os teóricos mencionados acima: a memória é um acontecimento atual. A isso acrescentamos que é necessário “rememorar o evento” a fim de que não seja domesticado, conforme Karin Wondracek.⁴⁶

Sendo, pois, atual, mas não esquecido no passado, o evento da *co-memoração* sinaliza para uma sociedade democrática no presente e no futuro, na qual o Estado e seus agentes não mais precisarão, para se constituírem como seres humanos, se apropriar da vida dos que lutam pela democracia. Conscientemente uso o termo “apropriar” no sentido de que o torturador tem algo de antropofágico. Nilce Cardoso, em seu depoimento à Comissão da Verdade, afirmou que os torturadores queriam mais que informações; queriam, isto sim, arrancar a vida a fim de se apropriar dela⁴⁷, como se o Estado transcendesse a política e, no caso em estudo, a instituição religiosa participasse com o seu silêncio na política do esquecimento. Contudo, uma minoria não silenciou. Procuramos, enquanto Comissão, criar um espaço de memória e testemunho para que a verdade não seja manietada pela injustiça, como referenciado pelo apóstolo Paulo supra.

Por fim, mas não menos importante, uma passagem bíblica citada em página inicial da obra *Brasil Nunca Mais*⁴⁸, apresentada por Dom Paulo Evaristo Arns. O texto sagrado faz referência às torturas de pessoas cristãs sob o poder do Império Romano. As situações e as motivações podem ser distintas, mas não o poder de morte de um Estado que precisa transcender para justificar suas ações ilegítimas permanece igual.

Lembrem-se do que aconteceu no passado:
Naqueles dias,
depois que a luz de Deus brilhou sobre vocês,
vocês sofreram muitas coisas,
mas não foram vencidos na luta.

⁴⁵ FUCHS, Werner. Entrevista concedida a Oneide Bobsin, em 30 maio 2015.

⁴⁶ WONDRAECK, Karin. Sobre a arte de polir: psicanálise e história na clínica dos afetados pela violência de Estado. In: SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA; COMISSÃO DE ANISTIA (Orgs.). *Clínicas do testemunho: reparação psíquica e construção de memórias*. Porto Alegre: Criação Humana, 2014. p. 103.

⁴⁷ A história de Nilce faz parte de pesquisa com mulheres que lutaram contra o regime militar. ROSA, Susel Oliveira. *Mulheres: ditaduras e memórias*. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013. p. 23-103.

⁴⁸ ARNS, Paulo Evaristo. *Brasil, nunca mais*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

Alguns foram insultados e maltratados
publicamente,
e outros tomaram parte do sofrimento
dos que foram tratados assim.
Vocês participaram do sofrimento
dos prisioneiros.
E quando tiraram tudo o que vocês tinham,
vocês suportaram isso com alegria,
porque sabiam que possuíam coisa muito melhor,
que dura para sempre.
Portanto, não percam a coragem,
porque ela traz grande recompensa.
(Hebreus 10.32-35)

Referências

- A BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Ed. rev. e atual. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1998.
- APARELHO da VAR-Palmares. *Cartografias da Ditadura*. 10 de março de 2014. Disponível em: <<http://www.cartografiasdaditadura.org.br/mapa/aparelho-do-mr-8/>>. Acesso em: 20 fev. 2016.
- ARNS, Paulo Evaristo. *Brasil, nunca mais*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BAUER, Carolina Silveira. *Brasil e Argentina: Ditaduras, Desaparecimentos e Políticas de Memória*. Porto Alegre: Medianiz, 2012.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1985. v. 1.
- BOBSIN, Oneide. Relatório de Pesquisa. Direitos Humanos, Ditadura Militar e Igreja. São Leopoldo: PPG – Faculdades EST, 2015. Anexo: Memória e Verdade. *Jornal Vale dos Sinos*, Finados de 2013.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Conheça e acesse o relatório final da CNV. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>>. Acesso em: 15 fev. 2016.
- COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GONZÁLEZ CUEVA, Eduardo. Até onde vão as comissões da verdade? In: REÁTEGUI, Félix (Org.). *Justiça de Transição*: manual para a América Latina. Brasília: Comissão de Anistia; Ministério da Justiça: Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça da Transição, 2001. p. 339-356. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/jt-manual-para-america-latina-portugues.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2016.
- CUNHA, Luiz Cláudio. Máximas e Mínimas: Os eventos errantes da mídia na tormenta de 1964. In: PADRÓS, Enrique Serra et al. (Orgs.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985)*: História e Memória. Porto Alegre: CORAG, 2010. v. 1, p. 179-222. Disponível em: <http://www.marxistsfr.org/portugues/tematica/livros/ditadura/pdf/ditadura_01.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2016.
- GONZALES, Sérgio. Grupos dos Onze: lembranças que contam a verdade histórica. In: PADRÓS, Enrique Serra et al. (Orgs.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985)*: História e Memória. Porto Alegre: CORAG, 2010. v. 1, p. 97-108. Disponível em: <http://www.marxistsfr.org/portugues/tematica/livros/ditadura/pdf/ditadura_01.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2016.

- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2014. p. 30.
- HELBICH, Hans-Martin. *A tragédia de Porto Alegre*: [como a Assembléia da Federação Luterana Mundial foi transferida, de última hora, de Porto Alegre para Evian na França]. Porto Alegre: CEPA-Paróquia Matriz, [200?].
- RESISTÊNCIA EM ARQUIVO: memória e história da Ditadura. Disponível em: <<https://resistenciaemarquivo.wordpress.com/>>. Acesso em: 10 fev. 2016.
- RICCOER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.
- ROSA, Susel Oliveira. *Mulheres: ditaduras e memórias*. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013.
- SANTOS, Myriam S. dos. A Luta da Memória contra o Esquecimento: reflexões sobre os trabalhos de Jacques Derrida e Walter Benjamin. *Síntese Nova Fase*, Belo Horizonte, v. 25, n. 82, p. 351-368, jul./set. 1998. Disponível em: <<http://faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/701/1127>>. Acesso em: 20 fev. 2016.
- SCHÜNEMANN, Rolf. *Do Gueto à Participação: o surgimento da consciência sócio-política na Igreja Evangélica de Confissão Luterana entre 1960 e 1965*. São Leopoldo: Sinodal, 1992.
- SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. *Justiça de Transição: da ditadura civil-militar ao debate jurisdicional*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.
- TARSO Genro anuncia integrantes da Comissão da Verdade do RS. *IHU online*. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/512169-tarso-genro-anuncia-integrantes-da-comissao-da-verdade-do-rs>>. Acesso em: 10 fev. 2016.
- THE LUTHERAN WORLD FEDERATION. *A Communion of Churches*. Disponível em: <<https://www.lutheranworld.org/content/general-secretary-0>>. Acesso em: 15 fev. 2016.
- WONDRACEK, Karin. Sobre a arte de polir: psicanálise e história na clínica dos afetados pela violência de Estado. In: SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA; COMISSÃO DE ANISTIA (Orgs.). *Clínicas do testemunho: reparação psíquica e construção de memórias*. Porto Alegre: Criação Humana, 2014. p. 95-112.